

ÍNDICE

SIGLAS E ABREVIATURAS	5
NOTA PRÉVIA	7
PARTE I	
O OBJETO DO PROCESSO PENAL	11
CAPÍTULO I	
OS PRINCÍPIOS GERAIS RELEVANTES EM MATÉRIA	
DE OBJETO DO PROCESSO	19
1. A estrutura acusatória do processo penal	20
2. A vinculação temática	21
3. A relevância e o sacrifício da descoberta da verdade material	21
CAPÍTULO II	
AS CATEGORIAS DE VARIAÇÕES DO OBJETO DO PROCESSO	23
1. O ponto de partida	24
2. Os factos novos	25
2.1. A contraposição face à (mera) alteração da qualificação jurídica	25
2.2. Os factos novos totalmente independentes e os factos novos não	
totalmente independentes	26
2.3. A figura da “mera variação” do facto processual	28
2.4. Os factos instrumentais	29
3. A alteração de factos	30
3.1. A alteração substancial dos factos	31
3.2. A alteração não substancial dos factos	34
4. A (mera) alteração da qualificação jurídica	35

CAPÍTULO III

OS REGIMES DE VARIAÇÃO DO OBJETO AO LONGO

DO PROCESSO	37
1. As fases do processo e as variações do objeto do processo	39
2. A notícia do crime e o objeto do processo	40
3. O regime da variação do objeto do processo no inquérito	41
3.1. O objeto do inquérito e as reduzidas restrições em matéria de variação do objeto do processo	41
3.2. As variações de objeto nos crimes públicos e semipúblicos	42
3.2.1. A via da dedução pelo assistente de acusação subordinada para uma alteração não substancial dos factos e uma alteração da qualificação jurídica	42
3.2.2. A necessidade de recurso ao requerimento para abertura da instrução para uma alteração substancial dos factos	43
3.3. As variações de objeto nos crimes particulares	44
3.3.1. A via da dedução pelo MP de acusação subordinada para uma alteração não substancial dos factos e uma alteração da qualificação jurídica	44
3.3.2. A inviabilidade de requerimento para abertura da instrução para promover uma alteração substancial dos factos	44
4. O regime da variação do objeto do processo na instrução	45
4.1. O objeto da instrução	45
4.2. As restrições à variação do objeto do processo durante a instrução	45
4.2.1. O regime da alteração não substancial dos factos e da alteração da qualificação jurídica	46
4.2.2. O regime da alteração substancial dos factos	49
4.2.2.1. A possibilidade de acordo entre os sujeitos processuais	50
4.2.2.2. A falta de acordo entre os sujeitos processuais	51
4.2.2.2.1. Os factos novos autonomizáveis e não autonomizáveis: as limitações do <i>ne bis in idem</i>	51
4.2.2.2.2. As possíveis teses em confronto	53
4.2.2.2.3. A solução que o regime legal parece favorecer	54
4.2.2.2.4. As dificuldades do regime legal e as vias alternativas	55
4.3. A decisão instrutória de pronúncia nula	57
4.3.1. A alteração substancial dos factos da decisão instrutória de pronúncia	57

4.3.2. A exclusão da alteração não substancial dos factos e da qualificação jurídica da decisão instrutória de pronúncia	58
4.3.3. O regime de impugnação da decisão instrutória de pronúncia nula	58
4.3.3.1. A arguição de nulidade perante o juiz que proferiu a decisão de pronúncia	59
4.3.3.2. O prazo para a arguição de nulidade	59
4.3.3.3. O recurso da decisão que indeferir a nulidade	60
5. O regime da variação do objeto do processo no julgamento	60
5.1. O saneamento do processo e a sindicância das variações de objeto	60
5.2. O objeto da audiência de julgamento	61
5.3. As restrições à variação do objeto do processo durante a audiência de julgamento	62
5.3.1. O regime da alteração não substancial dos factos e da alteração da qualificação jurídica	62
5.3.2. O regime da alteração substancial dos factos	66
5.3.2.1. A possibilidade de acordo entre os sujeitos processuais	66
5.3.2.2. A falta de acordo entre os sujeitos processuais	68
5.4. A sentença nula por violação do regime do objeto do processo	69
5.4.1. As hipóteses de nulidade da sentença	70
5.4.2. O regime de impugnação da sentença nula: a arguição e conhecimento da nulidade e o recurso	71
PARTE II	
A PROVA EM PROCESSO PENAL	73
CAPÍTULO I	
ALGUMAS NOÇÕES GERAIS SOBRE A PROVA	81
1. Os sentidos e as aceções sobre a prova	82
2. Os ónus de alegação e da prova em matéria penal	84
3. As presunções em matéria penal	90
4. A medida da prova em processo penal	93
5. O <i>in dubio pro reo</i> como critério de decisão para uma situação de <i>non liquet</i> em matéria de facto	96
CAPÍTULO II	
OS PRINCÍPIOS E AS NORMAS GERAIS SOBRE A PROVA	101
1. O objeto da prova	102

2. A legalidade da prova	104
2.1. Uma aproximação ao sentido e alcance do art. 125. ^º do CPP	104
2.2. A legalidade e a taxatividade da prova	105
2.3. As divergências sobre o recurso a meios de prova atípicos	107
2.4. A proibição de princípio de recurso a meios de obtenção da prova atípicos	109
3. A livre apreciação da prova e o respetivo alcance	111
3.1. As regras da experiência	113
3.2. O sentido da livre convicção do julgador	117
3.3. As alegadas exceções à livre apreciação da prova	118
CAPÍTULO III	
OS MEIOS DE PROVA EM PROCESSO PENAL	121
1. A noção de meios de prova	122
2. Os meios de prova previstos no CPP	123
2.1. A prova testemunhal	124
2.2. As declarações do arguido, do assistente e das partes civis	128
2.3. A prova por acareação	129
2.4. A prova por reconhecimento: em especial o reconhecimento de pessoas	130
2.5. A prova por reconstituição do facto	132
2.6. A prova pericial	133
2.7. A prova documental	137
3. Os eventuais meios de prova atípicos	139
CAPÍTULO IV	
OS MEIOS DE OBTENÇÃO DA PROVA EM PROCESSO PENAL	141
1. A noção de meios de obtenção da prova	143
2. As categorias de meios de obtenção da prova	143
2.1. Os meios de obtenção da prova ostensivos e ocultos	143
2.2. Os meios de obtenção da prova física e da prova digital	144
3. Os meios de obtenção da prova previstos no CPP: aspectos gerais	145
3.1. Os exames	146
3.2. As revistas e as buscas	148
3.3. As apreensões	151
3.4. A interceção e gravação de comunicações telefónicas (escutas telefónicas)	152
4. Os meios de obtenção da prova previstos na LCC: aspectos gerais	157

5. Os meios de obtenção da prova previstos em legislação avulsa: aspetos gerais	160
6. Os métodos ocultos de investigação criminal	162
6.1. O elenco de métodos ocultos de investigação criminal	163
6.2. Os traços característicos dos métodos ocultos de investigação criminal	164
6.3. As propostas de uma teoria geral dos métodos ocultos de investigação criminal	165
PARTE III	
AS PROIBIÇÕES DE PROVA E O EFEITO-À-DISTÂNCIA EM PROCESSO PENAL	167
CAPÍTULO I	
AS PROVAS ILÍCITAS,ILEGAIS, INADMISSÍVEIS E PROIBIDAS EM PROCESSO PENAL	175
1. Os diferentes sentidos de prova ilícita, ilegal, inadmissível e proibida e os possíveis fundamentos das proibições de prova	177
2. As proibições absolutas e as proibições relativas de prova	180
2.1. A distinção entre métodos absolutamente proibidos e métodos relativamente proibidos	180
2.2. O caráter não taxativo do elenco de métodos proibidos	181
2.3. Os pressupostos das proibições relativas	182
CAPÍTULO II	
AS PROIBIÇÕES DE PRODUÇÃO E DE VALORAÇÃO DE PROVA E OS DESTINATÁRIOS DAS PROIBIÇÕES DE PROVA EM PROCESSO PENAL	185
1. As proibições de produção e as proibições de valoração de prova	186
2. Os possíveis destinatários das proibições de prova	188
CAPÍTULO III	
O REGIME DAS PROIBIÇÕES DE PROVA EM PROCESSO PENAL	191
1. A nulidade inerente a proibição de prova	192
1.1. Uma nulidade qualificada e não uma nulidade meramente processual	192
1.2. Um regime unitário para as proibições absolutas e relativas de prova	194
2. A inutilizabilidade das provas proibidas	195
2.1. A proibição de valoração das provas	195

O OBJETO E A PROVA EM PROCESSO PENAL

2.2. A proibição de valoração de informações e a ilicitude de alegações baseadas em provas proibidas	196
3. A abertura a proibições de prova não combinadas com regime de nulidade e inutilizabilidade inherente a proibições de prova	197
CAPÍTULO IV	
O EFEITO-À-DISTÂNCIA DAS PROIBIÇÕES DE PROVA	
E RESPETIVO REGIME EM PROCESSO PENAL	201
1. A base constitucional e legal do efeito-à-distância	203
2. As consequências da proibição de prova sobre a prova secundária e os demais atos processuais	206
3. As exceções jurisprudenciais e doutrinárias ao efeito-à-distância	207
3.1. A <i>ratio</i> das exceções ao efeito-à-distância	207
3.2. O elenco das exceções ao efeito-à-distância	208
3.3. A fonte independente	209
3.4. A descoberta inevitável	210
3.5. Os percursos causais hipotéticos	211
3.6. A conexão attenuada ou mácula dissipada	212
3.7. A boa fé	215
4. O efeito-à-distância como princípio e as respetivas implicações	217
4.1. O critério geral de invocação de possíveis exceções ao efeito-à-distância	217
4.2. A prova das exceções ao efeito-à-distância	218
4.2.1. A medida da prova e o critério de decisão em caso de dúvida	219
4.2.2. O ónus de alegação e demonstração das exceções	219
BIBLIOGRAFIA FINAL	221